UFSM

InterAção

ACESSO ABERTO

IA., Santa Maria, v. 16, n. 5, e94094, p. 1-32, fev. 2026 • https://dx.doi.org/10.5902/2357797594094
Submissão: 15/10/2025 • Aprovação: 21/01/2026 • Publicação: 11/02/2026

ARTIGOS DOSSIÊ

Levi de Freitas Costa Araújo [I]
Antonio Caio Renan Silva Penha [II]
Ana Thais de Albuquerque Boutala [III]
Raimundo Cirilo de Sousa Neto [IV]
João Paulo Pereira Barros [V]

Peles que verdejam jardins: razão negra e modos de subjetivação de juventudes periféricas

Skins that bloom gardens: black reason and modes of subjectivation among peripheral youths

RESUMO:

Este artigo deriva de uma pesquisa que visou problematizar os efeitos da razão negra nos processos de subjetivação de juventudes negras, indígenas e periféricas na cidade de Fortaleza (CE), analisando tanto os dispositivos de captura racial quanto as estratégias de re-existência engendradas por esses sujeitos. A pesquisa se inscreve como uma inter(in)venção de orientação cartográfica. A partir de oficinas artísticas e da participação em manifestações culturais e políticas no território do Grande Bom Jardim, foram analisadas cenas que evidenciam como a razão negra opera como dispositivo de subjetivação que institui sobrecodificações racializantes e coloniais. Contudo, o campo também indicou modos singulares de criação de si, nos quais juventudes periféricas produzem contra-narrativas e práticas de re-existência a partir de estéticas próprias, experiências de comunalização afroindígenas e dispositivos coletivos de resistência. Com destaque para estratégias e táticas de redistribuição da violência, da construção de territórios existenciais de aquilombamento e a reelaboração e reposicionamento narrativo com da arte. O estudo aponta para a potência criadora das juventudes periféricas na elaboração de outras políticas narrativas e existenciais, que desestabilizam a lógica colonial presente na razão negra e reivindicam mundos possíveis onde caibam suas formas singulares de expressão da negritude.

Palavras-chave: Juventudes; Racismo; Periferia; Razão negra; Processos de subjetivação

ABSTRACT:

This article derives from a research project that aimed to problematize the effects of Black Reason on the processes of subjectivation of Black, Indigenous, and peripheral youths in the city of Fortaleza (CE), analyzing both the racializing dispositifs of capture and the strategies of re-existence developed by these subjects. The research is situated as a cartographically oriented inter(in)vention. Through artistic workshops and participation in cultural and political manifestations in the territory of Grande Bom Jardim, scenes were analyzed that reveal how Black Reason operates as a dispositif of subjectivation that institutes racializing and colonial overcodifications. However, the fieldwork also pointed to singular modes of self-creation, in which peripheral youths produce counter-narratives and re-existence practices grounded in their own aesthetics, Afro-Indigenous communal experiences, and collective resistance dispositifs. Emphasis is placed on strategies and tactics such as the redistribution of violence, the construction of existential territories of aquilombamento, and the narrative repositioning and re-elaboration through art. The study highlights the creative power of peripheral youths in crafting other narrative and existential politics that destabilize the colonial logic inherent in Black Reason and claim possible worlds where their singular expressions of Blackness may flourish.

Keywords: Youths; Racism; Periphery; Black reason; Processes of subjectivation

[I] Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará ROR, Fortaleza, CE, Brasil.
leviprofpsi24@gmail.com, https://orcid.org/0009-0000-6898-1106

[II] Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará ROR, Fortaleza, CE, Brasil.
caiorenan.sp@gmail.com, https://orcid.org/0009-0004-5253-3092

[III] Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará ROR, Fortaleza, CE, Brasil.
anaboutala@alu.ufc.br, https://orcid.org/0009-0005-9727-7616

[IV] Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará; Mestrando em Psicologia, Universidade Federal do Ceará ROR, Fortaleza, CE, Brasil.
xrcirilox@gmail.com, https://orcid.org/0000-0001-5305-7121

[V] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Professor, Universidade Federal do Ceará ROR, Fortaleza, CE, Brasil.
joaopaulobarros07@gmail.com, https://orcid.org/0000-0001-7680-576X

ISSN 2357-7975

Publicado por InterAção sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva tensionar acerca dos possíveis atravessamentos entre a racialidade e os modos sob os quais juventudes periféricas fortalezenses são subjetivadas. Para tal fim, o estudo buscou alcançar os seguintes objetivos específicos: 1) traçar, a partir da operacionalização teórica do conceito de razão negra, os efeitos da gramática racial na produção de subjetividades juvenis negras, indígenas e periféricas; 2) cartografar não apenas as linhas de captura, mas também os movimentos de contestação, negociação e ruptura com a razão negra que essas juventudes estabelecem em seus territórios, com destaque para o papel da arte nesse processo.

O exposto texto advém dos resultados de uma pesquisa inter(in)venção para um trabalho de conclusão de curso em psicologia inserido no âmbito das movimentações de pesquisas do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC). Entendendo que os modos de subjetivação estão imersos em redes de saber-poder articulados através de diferentes marcadores, este trabalho se guiou pelo seguinte problema: tomando como base o conceito de razão negra, quais os atravessamentos entre a racialidade e os modos de subjetivação de juventudes periféricas de Fortaleza (CE)? Quanto ao arcabouço teórico, este estudo lançará mão dos estudos de/pós-coloniais, da filosofia da diferença e dos estudos psicossociais das juventudes, assim como dos debates contemporâneos da branquitude/negritude e dos estudos contemporâneos da subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 1986; MBEMBE, 2018a; LIMA, 2018; QUIJANO, 2019; SCHUCMAN; GONÇALVES, 2020; DIÓGENES, 2020; MIRANDA; FÉLIX-SILVA, 2022; ANDRADE, 2023; CARNEIRO, 2023)

Entende-se a importância de constituir outras políticas narrativas e modos outros de subjetivação que tensionam a naturalização da ordem racial e do sistema de sobrecodificação postos pela branquitude, pois as marcas da ferida colonial (KILOMBA, 2019) ainda se fazem presentes na maquinação necropolítica (MBEMBE, 2018b), destituindo das existências não brancas a possibilidade da vida desde sua gênese subjetiva. O que se reflete, por exemplo, nos elevados índices de homicídios e vitimização das juventudes periféricas, negras e indígenas pela violência, nos contextos cearense, nacional e internacional (CARNEIRO, 2011; LIMA; GAMBETTA, 2020; BARROS et al., 2024). A disputa sobre os efeitos do racismo nos modos de subjetivação de juventudes periféricas permite, portanto, que possamos desemaranhar as redes de força imbricadas na produção dos sujeitos raciais em vistas da construção de outros modos de viver

ISSN 2357-7975

Para fins deste trabalho, a razão negra será entendida em uma dupla dimensão; a primeira, entendida como a "consciência ocidental do negro" (MBEMBE, 2018a), consiste no conglomerado de ficções que produzem um saber sobre a corporeidade objetificada que é fundada como alteridade máxima da racionalidade ocidental, em outras palavras, constitui um dispositivo enunciativo de fantasias e sobrecodificações impostas pela branquitude às subjetividades alcunhadas negras. Mas uma outra dimensão da razão negra, trabalhada como "consciência negra do negro" (Mbembe, 2018a), também pode ser citada na medida em que as subjetividades negras, indígenas e periféricas se esforçam para negociar com o arquivo da razão negra. Esse trabalho ressignificador e elaborativo da condição negra instaura rupturas com a narrativa ocidental sobre o negro (ou nativo/racializado), promovendo outras possibilidades para a negritude como uma experiência subjetiva e singular[1] (ANDRADE, 2023).

Em sua obra "Crítica da razão negra" (2018a), o filósofo camaronês Achille Mbembe argumenta que o negro e a raça seriam ficções incrustadas no cerne do pensamento ocidental, fabulações construídas pelas políticas enunciativas dos povos europeus. Seu papel não somente é circunscrever as diferenças no continuum de variabilidade das comunidades humanas, mas compor imagens uniformes para a produção de um saber sobre as subjetividades e sociedades não europeias que receberam a alcunha de negras/africanas. Além disso, sua função é estabelecer os limites de visibilidade e dizibilidade dentro da narrativa desse então constituído "objeto".

Fenômeno especialmente moderno (MBEMBE, 2018a; QUIJANO, 2019), a raça seria, portanto, um dos principais marcos epistêmicos exportados a partir da Europa, ou daquilo que será denominado Ocidente, para a execução do projeto político de alavancagem de uma determinada forma de vida como ideal ou matriz existencial, com fins de garantir a reprodução econômica e social de modos de vidas constituídos pelo mundo ocidental.

Mignolo (2017) e Quijano (2019) atribuíram à colonialidade essa função. Ela seria uma lógica intrínseca e subjacente às atualizações do projeto civilizatório ocidental que irá integrar o planeta sob uma hegemonia econômica e epistêmica, a qual tem na raça um de seus principais fundamentos para divisão dos papéis globais e exploração ou extermínio das populações inferiorizadas pela branquitude eurocêntrica.

Por consequência, a própria noção de sujeito "humano" se consuma nessa narrativa como uma das principais ficções (GÓMEZ, 2019) auto aplicadas ao sujeito europeu para a consumação da sua demarcação em relação às demais popu-

ISSN 2357-7975

lações, que nesse contexto são sempre vistas como inferiores e dotadas da irracionalidade. Essa fundação de uma noção de sujeito e humanidade marca epistemologicamente uma partilha e funda uma alteridade que irá se contrapor ao sujeito masculino, cisgênero, branco, heterossexual, tomado como referencial existencial (SCHUCMAN; GONÇALVES, 2020; SOUZA NETO et al., 2022; CARNEIRO, 2023). Um outro fruto dessa partilha consistirá numa espécie de preocupação fabulativa em constituir um saber sobre os corpos alterizados. Tem-se, então, a construção da razão negra como esse dispositivo que estabelece a zona de inteligibilidade humana a partir do agenciamentos de enunciados que fundam o "negro" como objeto de saber e instrumento de reafirmação de poder do ocidente.

Esses saberes ocidentais sobre as subjetividades sujeitadas à demarcação racial têm propriedades categoricamente cristalizadoras, paralisantes, mistificadoras e se apresentam com caráter de verdade universal. Assim, uma das características do racismo no campo da produção de subjetividades é estabelecer os grupos raciais subalternos em categorias estereotipadas, estáticas, representacionais e generalizadoras enquanto às subjetividades brancas se dá o direito à diversidade, singularidade e devir (CARNEIRO, 2023). Embora a razão negra compreenda um sistema de saberes, de enunciados e narrativas, ela tem atribuições claras de assujeitamento dos corpos, não podendo ser desarticulada, como outros modos de subjetivação, da sua dimensão como dispositivo de saber/poder, como uma espécie de arquivo de onde a "aritmética de dominação de raça retira suas justificações" (MBEMBE, 2018a, p. 61).

É criado, então, um novo campo de racionalidade que produz consequências onto-epistemológicas (CARNEIRO, 2023). Esse novo campo é estabelecido a partir dos atravessamentos entre discursos e poderes que configuram os pactos tácitos constituídos pela branquitude (BENTO, 2022) para a manutenção de privilégios materiais, simbólicos e subjetivos de um determinado universo epistêmico e relacional. Tal racionalidade promove uma nova ontologia com vistas a reafirmar posições hierárquicas de poder e possibilitar, através de práticas discursivas e não discursivas, a irrupção do negro/não branco (e por consequência do branco) como sujeitos raciais (MBEMBE, 2013), sobretudo nas sociedades multiétnicas advindas da colonização (CARNEIRO, 2023).

Em síntese, é possível pensar a razão negra, primeiramente, como um dispositivo que agencia uma rede de saberes e poderes, enunciados, rituais, imagens e práticas, para a produção dos sujeitos raciais e a delimitação de fronteiras rígidas. Esta atua justamente na demarcação dos corpos, produzindo sobrecodificações em corpos dissidentes estabelecendo a ele linhas duras tidas co-

ISSN 2357-7975

mo intransponíveis. Não obstante, Mbembe (2018a) identifica também uma segunda operação, o qual ele atribui historicamente tanto ao movimento da negritude, quanto as diferentes formas de insubordinação, tomada de poder, ressignificação e reelaboração narrativa que as populações de ascendência africana engendraram uma vez submetidas a lógica colonial. Linhas de fuga que reescrevem as narrativas negras em sua dimensão singular, esse projeto de construção de uma autonomia e autorepresentação estará em um processo de negociação com os referenciais da razão negra, profanando a profecia da branquitude para proferir a diversidade e criatividade da polimorfia das relações humanas através, entre outras formas, da arte (MBEMBE, 2018a).

Por sua vez, os estudos psicossociais sobre as juventudes, de cunho eminentemente transdisciplinares aqui acionados, também promovem um tensionamento nas representações enrijecidas estabelecidas pelos saberes instituídos sobre as experiências juvenis. Esses estudos trazem uma nova abordagem ao tomar essas subjetividades em sua diversidade, não se restringindo a modelos fixos com bases em faixas etárias e sendo transpassadas por diversos marcadores de gênero, raça, sexualidade, classe social, território, entre outros (DIÓGENES, 2020; SOUZA NETO et al., 2022).

Falar sobre juventudes, sobretudo em contextos periféricos, é produzir também reflexões sobre os atravessamentos do racismo e da razão negra, entre outros dispositivos normatizadores, nas vivências e trajetórias dos diferentes modos de subjetivação juvenis. A relevância de se pensar os efeitos do racismo a partir das trajetórias juvenis se confirma quando estudos apontam, em outros locais como no contexto cearense, uma maior vulnerabilidade de juventudes divergentes da ordem social hegemônica, sobretudo periféricas e racializadas, a diversas manifestações da violência (BARROS et al., 2024; SOARES et al., 2023; DA COSTA et al., 2024). A produção da morte dessas juventudes compõem projetos de marginalização e produção de bio/necropolíticas que atualizam a condição de matabilidade de corpos negros e indígenas (LIMA; GAMBETTA, 2020).

Para melhor efetivar essas políticas de extermínio e subalternização que marcam uma implantação da condição negra como signo de morte, diversas práticas se articulam na composição de imagens que reafirmam as associações entre juventudes periféricas/ não brancas e atributos de periculosidade, exoticidade e marginalidade (COIMBRA, 2001), na mesma medida que operam epistemicídios (CARNEIRO, 2023) que restringem as possibilidades narrativas para tais grupos juvenis.

Traçar o plano de subjetivações e, sobretudo, de transgressões implicadas nos processos de racialização nas periferias de Fortaleza pode propiciar contribuições para os estudos das ju-

ISSN 2357-7975

ventudes e das discussões sobre relações étnico-raciais. O conceito de razão negra auxilia a pensar as questões étnico-raciais a partir da reverberação subjetiva da gramática racial nos modos de subjetivação periféricos, compreendendo tanto as sobrecodificações das subjetividades quanto às práticas micropolíticas de re-existência. Portanto, a pertinência de pensar os modos de subjetivação periféricos a partir da razão negra se dá na medida em que a raça configura campo de disputa, onde são produzidas as tecnologias de sujeição dos corpos mas também as práticas de insurgência e reafirmação da vida de subjetividades periféricas, negras e indígenas.

Sendo assim, esse artigo pode contribuir para o campo da psicologia e dos estudos sobre relações raciais e juventudes por, justamente, traçar pistas sobre os processos raciais engendrados em territórios periféricos da cidade de Fortaleza (CE). Na pesquisa, a operacionalização da razão negra se deu como conceito mobilizador para pensar as ressonâncias da atualização desse arquivo de imagens, discursos, práticas e poderes nas trajetórias e experiências de grupos juvenis periféricos, negros e indígenas locais. Uma vez que o racismo atravessa e constrange as narrativas constituídas dessas juventudes, quais possibilidades estão em jogo e quais caminhos de re-existência podem ser traçados?

METODOLOGIA

Este artigo resulta de uma pesquisa guarda-chuva respaldada pelo parecer nº 5.187.324 do Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, intitulada“Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE”. A pesquisa guarda-chuva aderiu todos os princípios das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. As pessoas participantes foram informadas da pesquisa por meio de Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE) e se optou por nomes ficcionais para garantir o sigilo das pessoas interlocutoras.

No que tange às maquinações metodológicas, a produção do estudo se deu por meio de uma pesquisa inter(in)venção (COSTA; MOURA JÚNIOR; BARROS, 2020) de inspiração cartográfica (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2020). A pesquisa inter(in) venção se caracteriza enquanto uma pesquisa qualitativa participativa a qual elenca enquanto objetivo acompanhar, em um determinado território, seus processos subjetivos ali engendrados. Vale ressaltar que se trata de um fazer pesquisa atento e compreensível as singularidades do pesquisar em contextos periféricos, o qual busca viabilizar a potência dos processos de subjetivação ali presentes, produzindo contra-narrativas que desbanque a reprodução de lentes hegemônicas sobre os grupos participantes da pesquisa. Assim,

ISSN 2357-7975

trata-se de um fazer em pesquisa decolonial atento à diversidade qualitativa de grupos e dos processos de subjetivação a partir do cotidiano das práticas institucionais e sociais (COSTA; MOURA JÚNIOR; BARROS, 2020).

O fazer inter(in)ventivo da pesquisa se mostrou pertinente no âmbito das investigações aqui relatadas na medida que o pesquisar junto ao campo, imerso nas redes de forças ali presentes, viabiliza transformações nos processos subjetivos no lócus social, tensionando as narrativas raciais pulsantes tendo em vista uma ética desejante de promoção dos devires e da multiplicidade. Como dispositivo de relato e produção de dados da pesquisa, recorreu-se ao uso de diários de campo (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2020). Este foi utilizado como ferramenta narrativa para viabilizar políticas de enunciabilidade e visibilidades das polifonias do campo, bem como de registro das cenas analisadoras que irromperam nas intervenções de pesquisa.

As cenas advindas dos fragmentos de pesquisa operam neste trabalho como analisadores que potencializam problematizações dos atravessamentos entre racialidade e processos de subjetivação juvenis em periferias urbanas (CAZELLI; CALAIS, 2025). Nelas são apresentados acontecimentos, episódios, sutilezas contidas numa narrativa sobre experiências e trajetórias juvenis, numa reação ou numa expressividade em materialidades artísticas nas quais se percebe um deslocamento ou cristalizações no campo das forças que compunham os territórios existenciais juvenis.

Desse modo, essa pesquisa tomou corpo no território do Grande Bom Jardim (GBJ), composto por 5 bairros na cidade de Fortaleza. Mais especificamente, as atividades que compõem a fase de campo do estudo se deram no espaço da organização não governamental Centro de Defesa da Vida Herbert Souza (CDHVS), situado no território do GBJ, com exceção de uma das atividades, a qual ocorreu em uma das praças do território, local escolhido para a concentração da XII Marcha da Periferia. Sendo a pesquisa inter(in)venção um fazer pesquisa coletivo, a viabilização das atividades se deu através de parceria com movimentos de promoção dos direitos humanos territorializados, como a Ong CDHVS e o coletivo juvenil Jovens Agentes de Paz (JAP), que atuam na promoção de direitos humanos e políticas de cultura, arte e articulação política em prol dos direitos das juventudes habitantes desse território (BARROS et al., 2023).

As atividades inter(in)ventivas da pesquisa se constituíram por meio de duas estratégias metodológicas complementares. Como primeira estratégia, a pesquisa recorreu à realização de oficinas como estratégia interventiva. As oficinas “Bom de Papo”, fruto de mobilizações coletivas de pesquisa que integraram além desta pesquisa,

ISSN 2357-7975

uma pesquisa de mestrado, compuseram as atividades de 2024 do projeto de extensão Histórias Desmedidas vinculado ao departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

O projeto de extensão previamente mencionado é um dos quatro projetos de extensão pertencentes ao VIESES e tem como escopo de ações, desde 2016, impulsionar e compor práticas de resistência e produção de vida de grupalidades e sujeitos periféricos em contraposição ao projeto colonial de produção de corporeidades exterminável. No campo de disputas narrativas, o projeto engendra potencializações de produções narrativas que tensionam as histórias construídas sobre e por essas corporeidades.

Já as oficinas Bom de Papo integram as atividades desse projeto de extensão como um de seus eixos de ação, sendo atividades que, desde 2018, apresentam intuito de promover reflexões sobre as trajetórias e perspectivas juvenis a partir de temáticas relacionadas ao campo dos direitos humanos, se configurando em diferentes propostas no decorrer dos anos. No ano de 2024, o projeto se deu pela realização de 8 oficinas que ocorreram entre os meses de setembro e dezembro, destinadas a juventudes periféricas, integrantes ou não de coletivos artísticos juvenis. Vale destacar que sete destas ocorreram no espaço do CDVHS e uma que consistiu na participação na XII Marcha da Periferia, manifestação que reúne anualmente movimentos de direitos humanos, movimentos negros, coletivos juvenis, coletivos de mães de filhos vítimas da violência policial, coletivos culturais, movimentos da luta antimanicomial, movimentos ambientalistas e demais entidades civis em prol da defesa dos direitos humanos nas periferias. A Marcha ocorreu, nessa edição, em uma praça localizada no Grande Bom Jardim.

As oficinas partiram de experimentações artísticas e momentos de diálogo em dispositivos grupais para discutir estratégias de enfrentamento, possíveis nos contextos periféricos, às cristalizações impostas pelas gramáticas de sobrecodificação fantasmática inseridas dentro da razão negra, tomando como horizonte ético, estético e político a potência dos agenciamentos entre os fazeres artísticos e a proposição decolonial. A realização destas oficinas se deu através de momentos de diálogo e partilha de conhecimentos e tessituras de materialidades como experimentação na escrita, construção de estandarte, murais coletivos, colagem, entre outras.

Vale destacar que, embora situada no Grande Bom Jardim, as oficinas não se limitaram a abranger juventudes apenas desse território, contando com a participação e presença de juventudes oriundas de outras periferias da cidade. Em decorrência da multiplicidade de entradas possíveis para as discussões dos temas pertinentes aos objetivos da oficina, cada encontro foi dedica-

ISSN 2357-7975

do a abordar uma temática específica, passando tanto por discussões sobre racismo e branquitude, como por distintas formas de questionar estratégias, os diagramas coloniais do poder, a exemplo da escrevivência, do afrofuturismo, do artesanato e moda autoral afroindígena e da participação política juvenil entre outras.

A pesquisa também acompanhou, como segunda estratégia, uma das rodas de conversa da VII edição do Festival das Juventudes. Esse festival, criado em 2018, é um dispositivo cultural produzido anualmente no Território do Grande Bom Jardim, tendo como protagonista na sua viabilização o Coletivo Jovens Agentes de Paz, em parceria com nosso grupo de pesquisa. Nesse festival, realizado em 4 sábados durante turnos matutinos e vespertinos, se conta com a participação de jovens de 6 escolas de ensino médio públicas do território em atividades como oficinas, espaços de experimentação artística e rodas de conversa (BARROS et al., 2023). A roda de conversa acompanhada contou com a participação de duas pessoas facilitadoras, que se racializam como negras e se compreendem como periféricas e teve como tema “ser jovem”.

No decorrer dessa roda, o debate se centrou nos atravessamentos da racialidade nas experiências juvenis das facilitadoras e das juventudes presentes. O acompanhamento das atividades do Festival, em especial da roda de conversa previamente citada, foi usado como estratégia, pois as questões raciais aparecem com recorrência nas narrativas dos jovens durante o Festival, tendo sido abordado em edições anteriores do evento. Ao contarem no Festival sobre suas trajetórias, experiências e lutas por reconhecimento, os efeitos da raça costumam se fazer presentes nos discursos. Além do mais, como espaço de promoção de direitos humanos, o Festival viabiliza a produção de plano coletivo de forças que irrompe com os estratos raciais endurecidos, sendo, portanto, um espaço propício ao traçar das relações de forças que atravessam as subjetividades juvenis, possibilitando a construção de um espaço em que às diferenças sejam vistas como possibilitadoras de um comum, e não mais enquanto formas de cristalização de corpos periféricos.

Por fim, a respeito dos participantes da pesquisa, as oficinas contaram com a participação de 20 pessoas, já a roda de conversa no Festival das Juventudes contou com cerca de 40 pessoas. Em diálogo com o marco teórico (MBEMBE, 2018a), entende-se que os efeitos da razão negra operam na produção de diferentes sujeitos raciais, incluindo brancos, negros e demais demarcações ficionais, a depender do contexto. Sendo assim, os interlocutores da pesquisa compunham juventudes de diferentes localidades periféricas da cidade de Fortaleza que se dispuseram a participar das oficinas, incluindo pessoas autodeclaradas

ISSN 2357-7975

negras, indígenas e brancas, mas que apresentavam em comum uma vivência periférica.

A noção de periferia empregada nesse estudo não se limita apenas a um marcador geográfico, mas compreende principalmente um território existencial marcado por uma posição de marginalização frente a uma lógica hegemônica que é colonial, cis-heteropatriarcal e capitalista (MIRANDA; FÉLIX-SILVA, 2022), lógica esta que produz relações de centralidade/margilanidade subjetiva. Antes de uma determinada posição no espaço, a noção de periferia remete a uma relação de poder e de exclusão, um não lugar experimentado, no contexto moderno, primordialmente pelas pessoas de ascendência africana, sendo posteriormente exportado para outras subjetividades marginalizadas e racializadas pela gramática colonial e neoliberal (MBEMBE, 2018a).

Salienta-se que falar em juventudes periféricas não implica em uma redução generalizante das singularidades afro-indígenas presentes, mas se busca reafirmar um "em-comum" (MBEMBE, 2018a), no qual a pluralidade polifônica de experiências singulares pulsa desde periferias femininas, negras, indígenas e LGBTIA+. São subjetividades que experimentam singularmente, a partir de seus diferentes atravessamentos, a dinâmica de sujeição de classe, gênero e raça.

No avesso dessa pele brotam florestas: Subjetivações periféricas na e para além da razão negra

> É necessário preservar o avesso, você
> me disse, preservar aquilo que ninguém vê.
> (TENÓRIO, 2020)

De início não sabíamos, talvez suspeitávamos, mas caminhávamos por uma floresta viva, um jardim interconectado por sistemas ecológicos complexos e repletos de redes comunicantes que desafiavam qualquer tentativa de desagregação ou redução de sistemas de monocultura coloniais (NÚÑEZ, 2021). Não se pode pensar a floresta com mentes canavieiras. Semelhantemente, é indevido conceber as complexas redes enunciativas e subjetivantes atuantes em territorialidades periféricas por lentes redutoras e coloniais que simplificam a complexidade de narrativas afroindígenas interconectadas viventes no Grande Bom Jardim.

Dessa forma, partiremos de trechos de diário de campo (CAZELLI; CALAIS, 2025) para, neste subtópico, traçar paisagens, nunca completas ou hermeticamente fechadas, dos modos de subjetivação acionados pelas negociações da razão negra em territorialidades periféricas. Uma das primeiras pistas oferecidas pelas oficinas para a reflexão sobre as reverberações entre a raça e os modos de subjetivação periféricos pode ser pensa-

ISSN 2357-7975

da, conforme a cena analisadora a seguir, a partir dos dispositivos de captura que a razão negra opera, bem como as possibilidades de subjetivar-se que se constituem a partir desse agenciamento de forças.

> Inaê, multiartista, produtore de jóias em arame, pessoa não binária negra e indígena guanacé urbana, trouxe então uma reflexão sobre as relações conflituosas existentes entre as expressões singulares das negritudes cearenses e capturas de padrões sobre ser negro, afirmando que: "não se adentra na negritude do processo cearense e brasileiro, que é totalmente diferente dos Estados Unidos (...) A gente se baseia tanto na cultura estadunidense e não se percebe, ai vai naturalizando (...) Ai, ninguém se pergunta; o que é que tem no Brasil que só brasileiro tem? Ainda assim somos muito padronizados, mesmo pretos" (Trecho de diário de campo, 19/10/2024)

A fala de Inaê faz ressoar uma insurgência frente aos discursos naturalizados para a experiência negra e periférica no Bom Jardim na medida que promove uma denúncia de efeitos normatizadores, como a imposição de uma matriz cultural única, presentes dentro mesmo das narrativas constituídas pelas comunidades negras, onde sentidos são negociados e ressignificados, mas também capturados.

Ao afirmar que "mesmo pretos" ainda existiria uma padronização, Inaê problematiza o lugar reificante de certas imagens constituídas para as negritudes, mesmo entre as comunidades negras. Entendendo que movimentos moleculares podem ser recapturados em lógicas massificantes (GUATTARI; ROLNIK, 1986), pode-se problematizar o lugar de certos agregados cristalizados na constituição dos modos de subjetivação de pessoas negras a partir das considerações deste jovem, entendendo que nem todos os modos de subjetivação presentes apontam para a concepção de narrativas mais diversas.

Seu posicionamento, portanto, problematiza que o caráter contra-hegemônico e singular dos grupos não está dado, mas envolto nas tramas do poder, sendo muitas vezes coptados nos circuitos da axiomática colonial e capitalista, a exemplo do modo "estadunidense" de ser negro, que captura o desejo em torno de uma imagem única e cristalizada, como ,por exemplo, os modos de se vestir, de falar, as referências em música, em mídia, entre outras, advindos de uma cultura negra estadunidense (essa mesma um recorte exportado pela mídia americana, não abrangendo a multiplicidade de narrativas para as pessoas negras, tanto as brasileiras quanto as estadunidenses).

Embora a experiência negra esteja envolta, desde a constituição do mundo atlântico (MBEMBE, 2018a), em uma rede porosa de contatos, crioulização[2] e misturas estratégicas advindas das trocas entre diferentes culturas diaspóricas e

ISSN 2357-7975

africanas. Com influências e trocas potentes na história dos intercâmbios culturais entre diferentes movimentos negros por toda a America Latina, Caribe, Estados-Unidos e África (MBEMBE, 2018; NASCIMENTO, 2022). Nem todas essas experiências partilham, dentro da lógica colonial e capitalista, as mesmas posições de poder, e muitos referenciais acabam sendo exportados como produto cultural desde uma certa episteme ocidental como imagem estática de negritude, impondo às subjetividades negras do Sul global modos de existir centrados em valores culturais que, ainda que negros, reverberam uma lógica gestada no mundo ocidental.

Vale destacar que, na lógica capitalista, a subjetividade configura importante produto em produção e fomentação mercadológica (GUATTARI; ROLNIK, 1986), tomando parte significativa dos processos de reprodução dos modos capitalistas e coloniais de subjetivação. Isso inclui desde as fabulações europeias no início da idade moderna até as narrativas massificantes contidas nas mídias e exportações culturais estadunidenses.

Guattari e Rolnik (1986) nos alertam que o processo de captura centrípeta é constitutivo de processos capitalistas de produção da identidade e se dá porque reterritorializações são produzidas nas singularidades, as quais deixam de operar como linhas de fuga moleculares em prol de processos de massificação em linhas duras típicos da conformação neoliberal. A consciência ocidental do negro também se capilariza nesses processos subjetivos, capturando o desejo em ficções espectrais que são reatualizadas a depender do contexto histórico e cultural.

Limites são impostos pela razão negra quando se estabelecem territórios rígidos com base em referenciais externos estereotipados, a exemplo de um referencial "estadunidense" de negritude. Tais referenciais externos operam como um agenciamento coletivo de enunciação racial, destituindo a negritude como experiência singular e massificando as subjetividades a partir de uma única forma específica de viver a negritude para que se enquadrem em circuitos mais palatáveis à lógica colonial e neoliberal

Em contrapartida, ao questionar a possibilidade de uma negritude cearense, ele também aponta para outras processualidades re-existentes (ACHINTE, 2017), singulares e criativas que reordenam, a partir de referenciais territorializados, as possibilidades de se subjetivar para pessoas negras periféricas, reafirmando a periferia como lugar de potência e criação. Ao buscar contrapor uma "negritude cearense" com "padronizações culturais estadunidenses", Inaê e muitas outras juventudes periféricas rompem com ficções massificantes e totalizantes estabelecidas. Elas desbancam o referencial ocidental, europeu ou estadunidense da centralidade epistêmica e reabili-

ISSN 2357-7975

tam a singularidade e diferença (MBEMBE, 2018a), ou seja, elas passam a experimentar, a negritude em dimensões mais diversas e singulares (ANDRADE, 2023) que acionam estéticas locais, a partir de referenciais aquilombados e afroindígenas ancestrais.

Em uma perspectiva de periferia amefricana e aliançada, os relatos advindos dos diários das oficinas mostram como essas juventudes reafirmam também a diversidade étnica nas periferias, com a possibilidade de modos de subjetivação nos quais múltiplos pertencimentos como pessoas negras e indígenas são possíveis. No campo, um dos pontos de discussão se deu justamente pela necessidade do reconhecimento das subjetividades indígenas em contextos periféricos, conforme mostra seguinte trecho:

> A relação com a arte como modos de resistência foi elencada por Inaê como prática de enfrentamento a esse cenário racista posto. Este entende "A criatividade como uma forma de conexão com a ancestralidade" e que estaria vinculada com seu processo de retomada. Sobre esse processo de retomada como pessoa indígena urbana, Inaê trouxe este (que seria para elu[3] um processo de dupla retomada para pessoas periféricas cearenses, primeiro como pessoa negra e depois, para alguns, como pessoa indígena também) como um processo permeado de violências e cristalizações racistas, afirmando as dificuldades para pessoas não brancas de realizarem seu processo de retomada, afirmando: "Às vezes as pessoas pretas cearenses nem pensam a possibilidade de ser indígena também" (Trecho de diário de campo, 19/10/2024)

Ao maquinarem modos de subjetivação a partir de perspectivas aquilombadas (NASCIMENTO, 2022) e amefricanas (GONZALEZ, 2020), tais juventudes de territorialidades periféricas desafiam lógicas de monocultura binárias e resgatam perspectivas subjetivas de aliança. Espaços de criação e pungência de vida, as subjetividades à margem, na medida que estabelecem uma porosidade as interconexões, podem constituir modos aquilombados de subjetivação que desnaturalizam a razão negra como esse olhar estigmatizante endereçado a elas pela branquitude. Esse olhar objetificante e enclausurador fabrica na mesma medida que delimita a possibilidade e os limites das vivências delas, estabelecendo ao negro, indígena e periférico lugares estanques que codificam o corpo antes mesmo que esse constitui seus territórios.

Por outro lado, a dificuldade apontada por Inaê para a realização da retomada, tanto como pessoa negra como indígena, aponta para os processos de epistemicídio engendrados pela colonialidade. O epistemicídio, através da raça, opera sequestros das narrativas juvenis periféricas e racializadas, constituindo um impedimento da constituição de si como um sujeito que fala a partir de seus

ISSN 2357-7975

próprios referenciais territorializados, o que acarreta em um empobrecimento ontológico (MBEMBE, 2018a). Esse empobrecimento ontológico é fruto de um projeto que repudia a possibilidade da existência para além de lugares binários e estanques, aprofundando o apagamento de múltiplos marcadores, como nos mostra a incredulidade da possibilidade de uma pessoa ser negra e indígena, conforme aponta Inaê. Esse empobrecimento ontológico e apagamento também foram tomados como pauta durante a XII Marcha da Periferia, conforme pode-se observar na seguinte cena:

> Na Marcha, uma manifestação sútil me chama atenção; dois jovens não brancos, adornados com pinturas e adereços de penas e miçangas, cada qual segurava uma maracá em uma mão e com a outra seguravam coletivamente uma faixa que afirmava "Fortaleza é terra indígena". Ainda movido pelas discussões de oficinas anteriores, me coloquei a refletir justamente sobre como essa manifestação punha um fim a um silêncio, um silêncio sobre nossas ancestralidades amefricanas, não só indígenas ou negras, mas habitantes de um entre poroso. Essa manifestação me fez pensar, o quanto de nós era retirado nessa imposição de um limbo que pessoas brancas nunca tiveram que enfrentar, podendo reclamar suas origens europeias, italianas e alemãs, a luta pelo reconhecimento da persistência das subjetividades negras e indígenas, por outro lado, opera como o fim de um silenciamento, nós gritamos, sempre estivemos gritando. Como um grito silencioso, essa manifestação ecoava as reivindicações de juventudes que denunciavam o apagamento presente nessa cidade que como diria Lélia, e a contragosto de alguns, segue sendo muito mais indígena e africana que europeia" (Trecho de diário de campo 30/11/2024)

O apagamento da vivência indígena como parte dos processos de subjetivação das juventudes periféricas apontado por Inaê e denunciado pela intervenção na Marcha opera um não reconhecimento da diversidade nas periferias, além de impor limites geográficos e históricos para as subjetividades indígenas. A negação da pessoa indígena ocupar o espaço urbano reitera narrativas violentas que colocam as subjetividades indígenas como existentes apenas num passado histórico ou numa exterioridade geográfica distante dos centros urbanos.

Para Longhini (2023), o processo de apagamento das culturas indígenas a partir do enquadramento em estereótipos ou da destruição de culturas originárias representadas pela língua, costumes, estéticas, cosmo percepções e modos de viver constituem processos etnogenocidas[4] intimamente ligados ao projeto bionecropolítico colonial de poder (LIMA; GAMBETTA, 2020).

A dimensão de ancestralidade que se vincula no processo criativo de retomada de Inaê diz de processos de resistência coletiva a um projeto polí-

ISSN 2357-7975

tico da branquitude de fazer morrer determinadas formas de viver. A criatividade presente no ato de criação em uma perspectiva indígena, conforme nos aponta Inaê, conecta-se com uma dimensão de ancestralidade, na qual passado e futuro se agenciam no presente, se mesclando no ato de criação. Contrariando a linearidade e binaridade colonial, a retomada de saberes indígenas no processo criativo, subjetivo e estético por juventudes como Inaê apontam para uma relação espiralar com o tempo (MARTINS, 2021). A dimensão ancestral da vida vive e se atualiza no ato criativo a cada arte produzida, em um diálogo com os saberes daqueles que o antecedem, sem cair, no entanto, em uma reificação do passado.

Essa criatividade ancestralizada contrapõem-se ao projeto etnocida posto pela razão negra, que impõem um apagamento aos corpos, memórias e experiências das diversidades ameafricanas. Nesse processo de apagamento, fundam-se narrativas que negam a possibilidade da existência indígena no espaço urbano, impedindo processos de reconhecimento e a reprodução dos modos de vida originários. Matar uma cultura implica também em matar os povos que a produzem (LONGHINI, 2023), portanto, a razão negra também opera a partir de processos etnogenocidas, quando institui um não reconhecimento da diversidade existente em territorialidades periféricas como territórios também indígenas.

Figura 1 – Faixa na XII Marcha da Periferia

"Fortaleza é terra indígena"



Fonte: Acervo Histórias Desmedidas (2024)

Um dos grandes objetivos desse dispositivo epistêmico e regime enunciativo racial da razão negra está, justamente, no sufocamento da multiplicidade característica dos povos indígenas e afrodiaspóricos, a partir da homogeneização em uma imagem massificante típica da monocultura colonial, como "negro" e "índio" (LONGHINI, 2023; NÚÑEZ, 2021; QUIJANO, 2019). É por meio de um funcionamento de monocultura que a ficção do discurso ocidental sobre o negro produz sujeitos raciais doravante a negação de um reconhecimento das multiplicidades afrodiaspóricas e indígenas para vivências periféricas. Dado que apenas o olhar branco (figura 2) pode demarca as possibilidades ontológicas para essas corporeidades constituídas e homogeneizadas na colonização.

ISSN 2357-7975

Figura 2 – Materialidade da primeira oficina “mural dos incômodos raciais”



Fonte: Acervo Histórias Desmedidas (2024)

Conforme destacado na introdução deste artigo, o conceito de razão negra carrega na obra de Mbembe uma certa ambiguidade, podendo designar ao mesmo tempo “figuras do saber; um modelo de exploração e depredação; um paradigma da sujeição e das modalidades de sua superação e, por fim, um complexo psico-onírico” (MBEMBE, 2018a, p.27). Sendo assim, pode-se entender que falar de razão negra inclui não somente falar dos dispositivos de sujeição subjetiva que tem na raça um aporte central, mas também nas tecnologias (d)enunciativas e narrativas estabelecidas pelos sujeitos negros e periféricos, na medida que estes estabelecem suas trajetórias negras singulares.

No campo da estética, as discussões das oficinas mostraram como a razão negra demarca fronteiras rígidas que estabelecem apenas o referencial artístico e estético europeu como passível de história, mutabilidade e diversidade, ao mesmo tempo que estabelece categorias pejorativas para as expressões artísticas periféricas bem como para as narrativas sobre as subjetividades periféricas, que apenas podem habitar os espaços de visibilidade artística como o museu na condição de reafirmar a narrativa colonial que nega a diversidade existente em territórios periféricos e comunidades afro indígenas. No contexto do campo, a seguinte cena ofereceu reflexões acerca das cristalizações da razão negra no campo estético:

> Ayó, pessoa não binária e branca, elencou alguns exemplos de abordagem da raça e da representação de pessoas negras na arte, dentre eles as obras de monteiro lobato (rechaçado por todos no grupo por seu histórico eugenista e racista) mas também o quadro “A negra” de Tarsila do Amaral, que trazia a figura de uma mulher negra não identificada. Essa mulher não tinha nome e nem tinha história. O título da obra era, ao ver deste jovem (e ao nosso também) tão generalizante quanto a própria obra. Após mencionar esse quadro Ayó perguntou: “O quadro A negra representa o povo negro?” em um tom questionador que revelava seu incômodo frente a uma representação no mínimo caricata e generalizante. (Trecho de diário de campo 14/09/2024)

Existe a possibilidade de representação de toda uma série de multiplicidades em uma única pintura e na alcunha genérica “a negra”? As juventudes do Bom Jardim apontam para a existên-

ISSN 2357-7975

cia não de uma negritude ou periferia enclausurada, mas múltiplas experiências e trajetórias periféricas, ou seja, sinalizando muito mais para uma periferia como multiplicidade e devir do que para uma identidade uniforme.

Entre os objetivos do Bom de Papo, estava a propiciação de um espaço de partilha e produção coletiva de enunciados que tocavam as relações étnico raciais, de modo que os primeiros encontros se deram também como um espaço de reconhecimento dos enunciados e narrativas sobre a raça que as juventudes participantes engendram. Entretanto, o processo de reconhecimento racial não se apresentou como dado no primeiro encontro. Para além dos discursos instituídos sobre a negritude, havia elaborações e negociações em jogo para muitos dos participantes, que encontravam dificuldades em se nomear como pessoas negras, ou de se reconhecer em discursos que afirmavam uma negritude de forma mais direta. Em certos momentos, as oficinas indicavam que o processo de reconhecimento racial passava por vias não tão diretas, com a arte ocupando posição central na elaboração de processos de racialização e reconhecimento de uma condição de vulnerabilidade associada à vivência periférica/negra, conforme mostra a cena a seguir:

> No início da oficina, houve um momento de apresentação que envolvia dizer nome, uma arte/artista com o qual se identificava e como cada um se racializava. Era perceptível um silêncio em relação à última pergunta, com muitos dos participantes preferindo omiti-la ou se declarar enquanto pardo, como se um interdito impedisse que essa questão fosse levantada, inclusive com pouca implicação subjetiva quando exibido um vídeo que explicava formalmente conceitos como raça, branquitude e negritude. Foi-se dado seguimento com a apresentação de trechos do filme "A que horas ela volta". Ao final do vídeo, estávamos todos imóveis, tentando digerir a quantidade de afetos que nos transpassaram, via-se lágrimas nos olhos, todos fomos tocados. Entre sussurros, lágrimas e silêncios que guardavam muitas vozes, algumas falas ressoavam, reverberando as afetações do grupo. Falas como: "eu me vi na personagem do filme"," Eu ia com minha mãe no trabalho dela como empregada quando criança, não podíamos passar da cozinha também" ou então "Minha mãe era branca e sofria como no filme, e eu que sou mais escura e tenho cabelo cacheado sofria ainda mais". (Trecho de diário de campo, 14/09/2024)

A partir dessas provocações, tenciona-se um olhar para o entendimento das reverberações da razão negra em sua funcionalidade colonial nos modos de subjetivação periféricos. Embora, conforme visto, afirmar-se negro não seja uma tarefa dada, e envolva um constante trabalho subjetivo de narrativização da experiência, a gramática racial operada pelos regimes enunciativos coloniais con-

ISSN 2357-7975

stituintes da razão negra se faz presente através de mecanismos indiretos de demarcação da diferença. Esses mecanismos delimitam posições sem necessariamente recorrer diretamente a nomeação do negro no campo interpelativo (como nos discursos de ódio explicitamente racistas) mas operam em circuitos não ditos que acionam posições de subalternidade por meio de estratégias mais refinadas, como rituais e interditos em torno da posição de empregada doméstica ou do pirangueiro, codificando corpos e produzindo certos circuitos afetivos sem afirmar diretamente a racialidade destes.

A medida que a percepção de determinados papeis expostos no filme produziam afetações no grupo participante, o reconhecimento, por parte dos jovens, de determinados papéis associados à periferia e negritude aponta para os modos de operacionalização da razão negra como núcleo agregativo das formas de enunciação e práticas de exclusão que não podem ser desvinculadas de uma dimensão de devir-negro-do mundo (MBEMBE, 2018a).

O conceito de devir-negro-do mundo ajuda a pensar sobre os efeitos da extrapolação da gramática normatizadora racial às demais subjetividades periféricas, como por exemplo, a reprodução das imagens de favelado, empregada, traficante, bandido para subjetividades periféricas não negras. O que não se confunde com uma dissolução das disparidades raciais ou uma equiparação entre o sofrimento de pessoas brancas e pessoas negras. Pelo contrário, é na mutabilidade neoliberal da razão negra que as possibilidades democráticas de relação são cada vez mais reduzidas em detrimento da maximização e generalização da precarização por vias de certos modos relacionais que atualizam os funcionamentos coloniais de exploração e extermínio.

Em outras palavras, ainda que as personagens do filme não sejam, a princípio, identificadas como pessoas negras, nos modos de funcionamento neoliberais, a razão negra se atualiza na forma de um "racismo sem raças" (MBEMBE, 2018a, p. 21) que articula outros marcadores da diferença associados à condição negra sem recorrer diretamente a negritude. Nesse tipo de racismo, estabelecem-se, com uma maior desenvoltura, as relações discriminatórias com as subjetividades periféricas. Onde fantasmas sussurram "negra", a figura da "empregada" é mobilizada para acionar agregados sensíveis que reatualizam a institucionalização de uma condição fungível e explorável, associada à vivência negra/periférica.

Sendo assim, o mundo colonial constitui processos de racialização, que reatualizam lógicas de subalternização e construção da diferença em posições de inimizade e objetificação (MBEMBE, 2018a). A partir da demarcação da existência negra em condição subalterna, o princípio da raça incutido na razão negra consti-

ISSN 2357-7975

tui séries de rituais, discursos e práticas que estabelecem uma forma espectral de esquadrinhamento da diferença humana, promovendo o corpo negro à categoria de corpos de extração (MBEMBE, 2018a), passível de se constituir como objeto e matéria prima de exploração.

Tal lógica, gestada na plantation (KILOMBA, 2019), reatualiza-se no contexto contemporâneo a partir da enunciação de subjetividades não hegemônicas em posições subalternas que aprisionam subjetividades periféricas em circuitos sobrecodificantes. Como nos trás o relato de diário, onde a posição de empregada aciona demarcações rígidas e hierárquicas de posição social. A empregada é aquela que ocupa posição subserviente, à semelhança da escravizada em séculos anteriores, não deve circular em outros espaços para além daqueles designados pelas políticas enunciativas coloniais. Caracteriza-se assim como um fenômeno de natureza violenta e desumanizante.

Conforme a cena trazida em diário, a experiência de exploração atribuída primordialmente às pessoas negras se capilariza, a partir do devir-negro-do mundo, para outras subjetividades periféricas. Mas, ainda assim, não se trata de uma substituição dos códigos raciais instituídos, mas de um refinamento das tecnologias racistas e de uma expansão das práticas de precarização da vida no âmbito do neoliberalismo, como adverte Mbembe (2018a). Esses códigos racistas instituídos no contexto brasileiro se agenciam para produção de modos complexos de subalternização que demarcam a diversidade negra em função de um maior ou menor afastamento da branquitude como ideal, concebendo uma zona incerta que despotencializa politicamente a construção de narrativas raciais, sobretudo para as pessoas negras "pardas" (CARNEIRO, 2011). Em complementaridade, são promovidos processos de branqueamento que impõem gradientes colorimétricos de pele, operam cisões nas comunidades negras/indígenas e reafirmam mitos como a democracia racial e o imperativo da miscigenação (LIMA, 2018).

Em suma, é através de uma gramática racial previamente existente, e que se atualiza nesse novo cenário, que os modos de produzir subjetividades tidas abjetas são constituídos. Afinal, conforme as experiências relatadas em campo, apresentar uma pele "mais escura" ou mais traços de ascendência africana influencia em uma maior suscetibilidade de ser enquadrado nas ficções espectrais da razão negra que atuam como imagens de controle para populações não brancas (COLLINS, 2019), mesmo que essas ficções se façam presentes de outras formas em pessoas brancas periféricas.

A partir da afetação do filme, ainda que a personagem não seja racializada como negra no

ISSN 2357-7975

decorrer da obra explicitamente, ela opera a partir de agregados sensíveis que permitem uma inteligibilidade por parte dos participantes da oficina associada à ficção espectral da razão negra. As pessoas participantes da oficina se percebem na micropolítica tanto das violências sofridas como das resistências engendradas pelas personagens.

Sob essa perspectiva, a apropriação de espaços de elaboração racial por meio da arte permite uma construção narrativa sensível a formas de expressão do racismo para além de lugares mais caricaturais. No encontro, a possibilidade de uma narrativização racial da experiência pode encontrar vazão para constituir novos territórios que se articulem a partir de referenciais contrapostos ao projeto colonial da razão negra. Entra-se na perspectiva de um discurso produzido a partir das juventudes periféricas, negras e indígenas por meio dos afetos produzidos nessas partilhas.

Por uma artesania da clínica das subjetividades: estratégias de re-existência e táticas de produção de negritudes singulares

> Afirmar que o mundo não se reduz à Europa é reabilitar a singularidade e diferença (MBEMBE, 2018)

Mbembe intitula o último capítulo de Crítica da Razão Negra como "Clínica do sujeito", sendo este um capítulo dedicado em grande parte à discussão sobre as contraproduções e resistências à razão negra que as pessoas de origem africana constituíram no plano enunciativo, entendidas pelo autor como um processo clínico e reparatório frente a violência do dispositivo racial contido na razão negra.

Com uma análise potente das produções teóricas estabelecidas por pensadores como Césaire e Fanon, Mbembe tece linhas de reflexão sobre as possibilidades de reconstrução e criação para as subjetividades negras na medida em que estas constituem atos de identificação que põem em jogo uma afirmação de existência (MBEMBE, 2018a). Esse ato de identificação ("eu sou um negro") se traduz em uma resposta a uma intimação da branquitude e seu dispositivo epistêmico ("quem é você?"), porém não se confunde com mera reatividade, visto que, como possibilidade clínica transformadora (VEIGA, 2021). A narrativização singular do sujeito negro, ou seja, a fuga destas subjetividades da maquina racial, promove reposicionamentos criativos que questionam as bases epistemicas do projeto colonial e fundam outros mundos e possibilidades existenciais coletivas (MBEMBE, 2014).

Assim, este tópico, a partir das reflexões previamente expostas, buscará enfocar as possibilidades de enunciação maquinadas desde as periferias para a elaboração de narrativas singularizantes para juventudes negras e indígenas periféri-

ISSN 2357-7975

cas. Entendendo que os processos de subjetivação se encontram agenciados nas tramas do poder, quais possibilidades de re-existência podem ser traçadas? Como a arte contribui para a constituição de linhas de fuga aos processos de captura que são instaurados quando a razão negra codifica os sujeitos raciais? Um dos primeiros pontos trazidos como estratégia de resistência no campo passa por táticas de nomeação da norma e desnaturalização da discursividade dominante, conforme mostra a seguinte cena das oficinas:

> Iniciada a primeira experimentação do quarto dia, colocamos uma cartolina com a palavra colônia colada e convidamos as pessoas participantes a colocarem em pequenos cartões de papel as suas impressões sobre essa palavra, o que lhes vinha à cabeça, colando em seguida na cartolina para criar uma imagem das percepções do grupo. Após colocarem as palavras na placa colônia, as pessoas foram convidadas a falar sobre o que tinham escrito. Ayó foi a primeira pessoa a falar, dizendo apressadamente "Eu vejo a palavra colônia, já penso assim em coisa ruim". Em seguida, elaborou mais, afirmando que via a colônia como aprisionamento, uma captura "A colônia é um aprisionamento do corpo, mas também das ideias (...) os colonizadores tiraram da gente nossas heranças" (Trecho de diário de campo, 09/11/2024)

Ao afirmar a colônia como esse lugar ruim e como prisão, o relato trazido mostra como as juventudes promovem processos de redistribuição anticolonial da violência (MOMBAÇA, 2021). Entre as estratégias de produzir uma re-existência aos dispositivos epistêmicos coloniais, a nomeação da norma e do caráter violento da colonização se insere em processos de elaboração de uma política de contra narratividade pela qual as juventudes periféricas instauram modos de re-existência à colonialidade. Se Ayó identifica na colônia um aprisionamento do corpo e das ideias, isso se dá justamente a partir de um reconhecimento histórico da colonização como um processo violento de imposição de uma episteme única às subjetividades não europeias.

Nesse sentido, essa nomeação da colônia como um espaço violento desnaturaliza o discurso dominante e inverte o constrangimento; Agora, são os colonizadores aqueles que roubam heranças e aprisionam corpos. Assim, as juventudes periféricas disputam narrativas ao desnaturalizar o discurso da colonização, trazendo à tona o seu caráter epistemicida (CARNEIRO, 2023). Em concomitância, a possibilidade de redistribuir a violência no campo discursivo retira a periferia da zona de não ser (CARNEIRO, 2023). Reconectando com os referenciais existenciais tomados pela colonização, certas linhas de fuga nas periferias emergem como potência narrativa de criação e resistência frente

ISSN 2357-7975

às violências da colônia.

Para Miranda e Félix-Silva (2022), um dos processos da colonização se deu pela constituição de centros e margens ontológicas, uma vez que, para as populações negras e indígenas, é posta uma condição de ausência de ontologia, ou seja, não ocupariam uma posição de reconhecimento como ser frente à branquitude. Dessa forma, a colonialidade constituiria, segundo os autores (2022), territórios existenciais terrificantes. Estes, contudo, não se totalizam na medida em que os processos de dessubjetivação coexistem com processos de subjetivação singulares. Tais processos traçam linhas críticas que reinventam a margem como lugar de politização do corpo (MIRANDA; FÉLIX-SILVA, 2022) e afirmação de uma re-existência contra hegemônica. Isto é, as subjetividades periféricas promovem uma fuga de condição instituída à margem ontológica como lugar de sujeição através de processos re-existentes, nos quais, para além da reatividade, a vida é inventada através de experimentações artísticas e aquilombamentos (MIRANDA; FÉLIX-SILVA, 2022).

Outro ponto importante está na constituição de espaços coletivos de fuga e resistência à lógica colonial, espaços onde, por meio da arte e das experimentações, as juventudes periféricas passam a fundar novas discursividades e a disputar a imagem fantasmática da periferia como lugar desprovido de cultura, que se evidencia na escuta de campo, como no fragmento a seguir:

> Ao contrário dos museus nas áreas nobres, o Festival das Juventudes foi mencionado como um espaço de experimentação e contato com a arte, Ayó afirma que nesse espaço "a juventude podia se expressar em todas as suas pluralidades possíveis". Seria, assim, um primeiro lugar onde se poderia pautar arte e reivindicação. Dandara, mulher cis negra parda, por sua vez, afirmou a importância do Festival e do JAP em sua trajetória, afirmando que o coletivo "transformou a Dandara que vocês veem hoje, mudou minha visão como periférica", ela também trouxe a importância das oficinas artísticas para ela em sua primeira experiência de Festival, já que ela pode se ver nas artes feitas e "dar vida às paredes do CDVHS". Afirmou também a importância do contato com o JAP para conhecer espaços como o Maracatu Nação Bom Jardim, o Brincantes Sonoros e outros coletivos de percussão locais. (Trecho de diário de campo, 21/09/2024)

A importância da constituição, por parte de coletivos juvenis e Ongs como o JAP ou o CDVHS, de espaços de aquilombamento frente ao racismo, a exemplo do Festival das Juventudes, se mostra fundamental na clínica das subjetivações periféricas. Toma-se a construção de narratividades singulares como um processo clínico na medida que as juventudes operam espaços de resgate de estéticas afro indígenas no encontro e na experimentação. Resgates esses que produzem reposi-

ISSN 357-7975

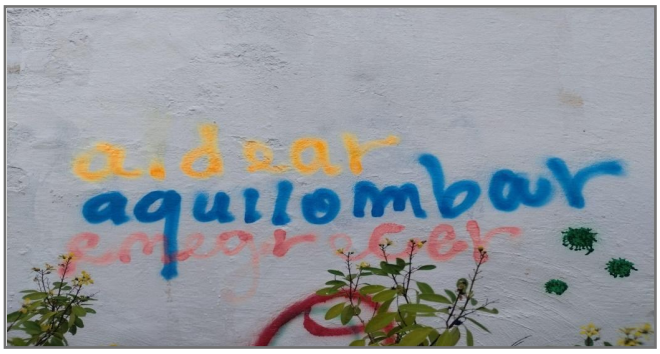
cionamentos subjetivos à medida que vias de acolhimento e ressignificação instauram linhas coletivas de cura.

Nessa direção, a experiência de participar de espaços como o Festival das Juventudes produz mudanças significativas para Dandara, pois esse espaço possibilita o surgimento de outros vetores de subjetivação contra-hegemônicos em sua trajetória. Sua visão como pessoa periférica muda em contato com o JAP, e esta passa a se defrontar com outras perspectivas que afirmam a importância da mobilização juvenil e da valorização de manifestações culturais como maracatus, reisados, batalhas de rima e o grafite.

Logo, poder grafitar e pintar as paredes do CDVHS lhe possibilita deixar sua marca singular no espaço, fazendo com que a mesma se sinta acolhida e pertencente, se inserindo inclusive em outros espaços de aquilombamento a posteriori como maracatus. Através da ocupação pela arte do espaço e do acolhimento aquilombado foi possível a Dandara se enxergar para além de estereótipos racistas e coloniais, mas como agente política coletiva.

No contato com outras estéticas, éticas e políticas de vida é que as juventudes periféricas podem criar a vida como um processo artístico plural. Sendo assim, pode-se pensar que em determinadas territorialidades periféricas as juventudes se constituem a partir de modos aquilombados de subjetivação, sendo estes processos que se produzem em perspectivas aquilombadas de aliança entre diferentes vetores amefricanos (GONZALEZ, 2020) afrodiaspóricos e indígenas, quando diferentes linhas ancestrais se acionam para fazer jorrar vidas que pulsam criativamente em certos espaços de refúgio da lógica colonial.

Figura 3 – Grafite “aldear, aquilombar, enegrecer” em parede do CDVHS.



Fonte: Acervo Histórias Desmedidas (2025)

Se a figura do Quilombo encarna esse espaço de embate e fuga à consciência ocidental do negro, mas também de refúgio, encontro e reformulação criativa da consciência negra do negro pela articulação dos valores Africanos e indígenas de existência (NASCIMENTO, 2022), pode-se pensar certas territorialidades periferias, tais quais terreiros, equipamentos culturais, organizações não governamentais e coletivos juvenis (a exemplo do CDVHS e do JAP) como esses espaços onde se produzem modos aquilombados de subjetivação.

Por modos aquilombados de subjetivação,

ISSN 2357-7975

busca-se se referir a certas linhas moleculares, certos devires que atravessam e constituem subjetividades quando um território existencial aquilombado se estabelece, essas linhas acionam fugas as representações hegemônicas da periferia e da negritude, e acionam referenciais afroindígenas locais num processo agenciativo de construção coletiva de territórios existenciais onde a diversidade encontra espaço de expressão. Os modos aquilombados de subjetivação se atualizam singularmente nesses lugares onde, em um entre agenciativo, juventudes indígenas, negras, travestis, não binárias e dissidentes não só coexistem, mas se atravessam e evocam saberes amefricanos tão múltiplos quanto seus corpos para a tessitura atrevida de modos singulares de existir (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

É no pulsar coletivo de espaços aquilombados que mobilizam a cultura como força viva, que se entreabrem possibilidades de maquinação de modos de subjetivação insurgentes, como se evidenciou, por exemplo, no Festival das Juventudes:

> O Festival das Juventudes de 2025 tinha como título "Adiar o fim é criar novos começos", em alusão à obra de Krenak. Sendo assim, entre os objetivos do Festival estava a articulação de pautas e conversas tendo como mote a construção desses começos que criamos quando o fim de nossos corpos, culturas, práticas e territórios é adiado. Nesse ano a roda de conversa da manhã do primeiro dia contou com a participação de Dara, travesti preta e produtora cultural, e Amadou, homem cis negro, artista e rapper. A fala de ambas participantes reiteraram a importância da arte e da cultura em suas trajetórias, assim como da construção de espaços coletivos. Para Amadou, foi na arte, em especial a cena do rap, que ele encontrou outras possibilidades para projetar uma vida para além da narrativa de morte prevista para seu corpo "Quando eu tinha 13 anos o nego só via preto morto na tv, era tanta morte que eu acreditava que ia engravidar uma bichinha aos 15 e morrer num tiroteio aos 18, que esse era o futuro que tinha pra mim tá ligado? (...) Foi na arte que encontrei uma forma de me fazer presente e me fazer vivo". Já Dara, em sua fala, afirmou que "Assim como Amadou, eu também fui uma das pessoas que foi salva pela cultura (...) Hoje ocupo esse lugar de referência para não deixar outras morrerem" e em seguida trouxe a importância da cultura em sua vida para imaginar outras possibilidades para uma vida travesti, inclusive pontuando a importância do Festival como esse espaço de fabulação e visibilidade, onde a perspectiva de fim aguardada pela colonialidade era profanada pela tomada de espaços de fala por corpos contra hegemônicos "Quantos professores trans vocês tem ? nenhum né, hoje sou produtora cultural e professora (...) vocês estarem vendo uma travesti preta toda tatuada de dia falando sobre cultura não é adiar o fim?" (Trecho de diário de campo, 17/05/2025)

Na multiplicidade presente nos quilombos é possível a construção de fugas aos sistemas de

ISSN 2357-7975

totalização da colonialidade e seus dispositivos epistêmicos. As re-existências operam a partir da miudeza dos encontros, nesse quilombo que se institui quando duas pessoas negras coexistem ou quando uma pessoa negra coexiste consigo (NASCIMENTO, 2022). Falar de modos aquilombados de subjetivação passa pela evocação de um paradigma ético da diversidade, na medida que uma clínica, uma reelaboração, é convocada a operar a cada encontro, cada nova experiência que destitui da razão negra seu lugar de saber hegemônico.

A possibilidade de uma travesti preta como Dara ocupar outros lugares enunciativos cria torções nas narrativas estabelecidas para seu corpo e para o que se espera da periferia. No mesmo sentido, espaços de aquilombamento oferecem brechas para que uma vida possa habitar no entre, como no caso de Amadou, e para que essa vida se nutra de afetos e estéticas outras que não os ciclos representativos da violência e mortalidade postos para as margens. O quilombo é possível onde se maquinam outros modos de subjetivação. Para além do espaço físico, é na possibilidade de se constituir zonas de aliança entre linhas tecidas por diferentes subjetividades que esse lugar inventivo e re-existente irrompe. Sendo assim, nas periferias, não se percebe a presença somente de um único modo de ser aquilombado, mas um aquilombamento dos modos de subjetivação que se opera justamente por meio dessas alianças de construções singulares e coletivas, produzindo outros regimes enunciativos sobre as vivências periféricas.

A fala de Amadou e Dara também aponta para a importância da arte para a construção de espaços aquilombados e de processos de subjetivação que desnaturalizam a gramática hegemonica da razão negra. Enquanto os regimes enunciativos coloniais colocam que as únicas possibilidades de representação para as subjetividades periféricas estão decalcadas na violência, na precariedade e na impossibilidade, como mostra Amadou ao afirmar que foi na arte, no rap e nos grupos de batalha, que ele encontrou uma forma de se fazer vivo. Máquina desterritorializante, a arte, em especial as artes negras, indígenas, periféricas e LGBT, irrompe como força que rompe com os processos sobrecodificados e instituídos, ao mesmo tempo que aciona outros circuitos afetivos, imagéticos e discursivos que viabilizam novas formas de sentir, ver e falar da realidade vivida.

Assim, Dara e Amadou mostram esse potencial da arte para a criação de subjetividades e de outros modos de existência. Ao experimentar o lugar de artista, as juventudes periféricas também disputam e perspectivam a dimensão do sonho como projeto político (figura 4), esse sonhar que, quando vindo de corporeidades negras e periféricas, dialoga com uma fabulação de outras possi-

ISSN 2357-7975

bilidades, com a perspectivação e coengendramento com o mundo para a construção de outras realidades. A arte como dispositivo micropolítico de transformação reinventa a vida em dimensões positivas de criação, dando a possibilidade para que processos de retomada e aquilombamento se constituem por vias estéticas. Conforme o seguinte trecho aponta, a descolonização da estética passa também por uma reafirmação das tecnologias estéticas construídas amefricanamente no território, e por um deslocamento da representação artística como um aparato exclusivo da racionalidade branca e ocidental.

> O uso do arame e de materiais naturais, sementes, miçangas, búzios etc para confecção e uso de joias como nose cuffs, brincos, braceletes e colares também foi mencionado como modo de afirmação de uma estética "piriguete", favelada e afroindígena. A fabricação e circulação desses adereços se tratava, segundo a fala de Inaê, da valorização de referências de moda tipicamente usadas por pessoas não brancas em contextos periféricos. Esses adereços carregavam uma história de uso por povos indígenas e africanos e estavam sendo amplamente retomados como modo de expressão artística e tecnologia de subsistência por muitas empreendedoras negras e indígenas nos últimos anos" (Trecho de diário de campo 19/10/2024)

Quando juventudes como Inaê confeccionam joias a partir de sementes, miçangas e arames pensando na retomada de estéticas afroindígenas faveladas, ou quando Amadou fala da sua relação com o rap como lugar de ressignificação da vivência negra, ambos promovem disputas no campo estético a partir de referenciais que desbancam o monopólio da branquitude sobre as formas de representação artísticas. Ao desbancar o monopólio representacional da branquitude, o corpo periférico afroindígena em performance estética, adornado de suas jóias de arame e sementes, trajado de sua kenner e sua bermuda cyclone povoa o mundo e desmonta a espinha dorsal da racialidade (LIMA, 2018), denunciando e contorcendo opressões de gênero, sexualidade e raça que interseccionadas perpassam os corpos-subjetividades (LIMA, 2018). Desbancar a razão negra de seu lugar de poder viabiliza assim, a partir de uma decolonização estética (GÓMEZ, 2019), o sonhar como projeto coletivo e político de afirmação da diversidade.

ISSN 2357-7975

Figura 4 – Faixa exibida na XII Marcha da Periferia com frase “Negros também sonham” e “Na periferia também existe vida



Fonte: Acervo Histórias Desmedidas (2024)

As periferias tornam-se, desse modo, lugares também de inventividade, lugares de circulação de vida, memórias, saberes, práticas, afetos, tecnologias, materialidades e não só como uma sombra espectral de mitos e lendas da face colonizadora. A diversidade de modos de existência e práticas de vida, modos de se constituir através da arte, de se organizar politicamente em espaços aquilombados e de disputar narrativas atestam que territorialidades periféricas transbordam a imagem construída pela colonialidade.

A palavra e a imagem aqui não convergem em uma harmonia silenciadora, mas, ao contrário, as juventudes periféricas rompem com o lugar de kolossós (MBEMBE, 2018a) à elas atribuída pela razão negra. Usando de diferentes estratégias, os grupos juvenis constroem linhas de cura (VEIGA, 2021) que podem ser tomadas a partir de uma perspectiva da clínica da subjetividade, pois promovem reparações e deslocamentos para o ser jovem periférico. Assim, em uma perspectiva de aquilombamento, os próprios modos de se subjetivar das juventudes colaboradoras da pesquisa passam, em certas espacialidades periféricas, a ser tecidos em perspectivas aquilombadas, que apostam na construção de um em-comum (MBEMBE, 2018a). Isto é, uma política do humano que passa, não pela reafirmação do princípio universal europeu, pela construção de uma vizinhança porosa a partir da afirmação primordial da diferença como aposta política de reinvenção da vida e da diversidade nas periferias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a tensionar as formas como a razão negra opera nos modos de subjetivação de juventudes negras, indígenas e periféricas no contexto de Fortaleza. Ao fazer isso, buscou-se tanto por em análise os dispositivos de captura inscritos na maquinaria colonial, quanto realçar as táticas de fuga, de reinvenção e de aquilombamento que emergem cotidianamente dos territórios, corpos e estéticas periféricas.

A pesquisa, situada em uma perspectiva inter(in)ventiva, caminhou com as juventudes periféricas em sua pluralidade, tendo como eixo analítico o conceito de razão negra. Nesse percurso, o trabalho se organizou em duas frentes de discussão. A primeira procurou evidenciar como os

ISSN 2357-7975

dispositivos de poder presentes na consciência ocidental do negro, face colonial da razão negra que opera racializando e territorializando a vida, capturam, normatizam e regulam as existências periféricas, particularmente de juventudes não brancas. Já a segunda frente lançou luz sobre as estratégias coletivas e insurgentes de resistência, enfatizando o papel das práticas de aquilombamento, da arte e da nomeação da normatividade colonial como forma de torção dos efeitos da razão negra. São nesses gestos micropolíticos que se anunciam outros modos de vida.

Falar nos modos de subjetivação de juventudes periféricas é falar de um comum que não se reduz, que não se totaliza, que não cabe em estatística nem em representações monoculturais. É falar do deslocamento das subjetividades para o entre a dor e a criação, entre a morte anunciada e a vida que insiste em se inventar. São juventudes que respondem à razão negra com outros modos de ser, com alianças afroindígenas, com devires moleculares, com práticas insurgentes de re-existência que promovem a clínica pela destituição da branquitude como universalidade epistêmica e ontológica.

A arte, neste percurso, revelou-se não só como ferramenta instrumentalizada, mas como força política, contra epistêmica e subjetivante. Ao promover encontros e fabulações outras, os espaços aquilombados analisados, como o Festival das Juventudes e os coletivos juvenis do GBJ, constituíram territórios férteis para a produção de narrativas plurais. Por fim, a partir da afirmação dos modos de subjetivação periféricos, as juventudes estabelecem formas de existir que recusam a monocultura colonial, bem como fórmulas individualizantes duras e homogêneas, e abrem rupturas moleculares nos espaços de refúgio nas periferias.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, A. A. **Prácticas creativas de re-existencia: Más allá del arte… El mundo de sensible.** Buenos Aires: Del Signo, 2017.

ANDRADE, E. **Negritude sem identidade.** São Paulo: N-1 Edições, 2023.

BARROS, J. P. P.; GOMES, C. J. A.; GONDIM, G. C. L. F.; BEZERRA, M. A.; CALAIS, L. B. Festival das Juventudes: re-existências periféricas durante a pandemia da Covid-19. **Psicologia Argumento**, v. 41, p. 2753-2777, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/29482 Acesso em: 12 jun. 2025.

BARROS, J. P. P.; SOARES, M. R. N.; GOMES, C. J. A.; ALMEIDA-SEGUNDO, D. S.; BOUTALA, A. T. A. N.; ARAÚJO, L. F. C. Impactos da violência no cotidiano de estudantes de escolas públicas: uma análise

ISSN 2357-7975

interseccional de gênero e sexualidade. **Revista Interacções**, v. 20, n. 69, p. 1-26, 2024. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/37561 Acesso em: 30 Jun. 2025.

BENTO, C. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. **Dispositivo da racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CAZELLI, K. W.; CALAIS, L. B. Cartografias estéticas e produções inventivas de registro: um diário-mangue. In: BARROS, J. P. P. et al. (org.). **Políticas e ferramentas de pesquisa em psicologia:** experimentações e deslocamentos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2025. p. 308-329.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Intertexto, 2001.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, E. A. G. A.; MOURA JUNIOR, J. F.; BARROS, J. P. P. Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: CERQUEIRA-SANTOS, E.; ARAÚJO, L. F. (org.). **Metodologias e investigações no campo da exclusão social.** Teresina: EDUFPI, 2020. p. 13-31.

DA COSTA, A. F.; BARROS, J. P. P.; CAVALCANTE, L. F.; GURGEL, L. L. Experiências juvenis periferizadas sobre gênero e raça: problematizações a partir das contribuições teóricas de Lélia Gonzalez. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 20, p. 78-100, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/57606 Acesso em: 30 Jun. 2025.

DIÓGENES, G. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 373-390, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/FhF4HRhNzQsRcpfzSZpGKfd/?format=html&lang=pt Acesso em: 29 Jun. 2025.

GLISSANT, E. **Introdução à uma poética da diversidade.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GÓMEZ, P. P. Decolonialidad estética: geopolíticas del sentir el pensar y el hacer. **Revista GEARTE**, v. 6, n. 2, p. 369-389, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/gearte/article/view/92910 Acesso em: 10 Jul. 2025.

ISSN 2357-7975

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. São Paulo: Vozes, 1986.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, F. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018. Dispoível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646 Acesso em: 19 Jul. 2025.

LIMA, F.; GAMBETTA, J. B. "Parem de nos matar": a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na América Latina. **Gênero**, v. 20, n. 2, p. 85-109, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/44570 Acesso em: 20 Jul. 2025.

LONGHINI, G. D. N. Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. 1-15, 2023. Disponível em:https://www.scielo.br/j/psoc/a/FybYypjXJRVxDJFHd4vSv9j/?format=html&lang=pt Acesso em: 5 Jul. 2025.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar:** poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, A. Le Noir n'existe pas plus que le Blanc. **Africultures**, n. 92-93, p. 24-30, 2013. Disponível em: https://shs.cairn.info/revue-africultures-2013-2-page-24?lang=fr Acesso em 20 Mar. 2025.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt Acesso em: 17 Mai. 2025.

MIRANDA, D. W.; FELIX-SILVA, A. V. As subjetividades periféricas e os impasses para a descolonização da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/c9dvXwsycCnM6ddCWNTCgTB/abstract/?lang=pt Acesso em: 13 Mar. 2025.

ISSN 2357-7975

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, B. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu, 2022.

NÚÑEZ, G. Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. **Revista Teoria & Cultura**, Edição especial, p. 65-73, 2021. Disponível em: https://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista_especialPPRER.pdf Acesso em: 15 Mar. 2025.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020.

QUIJANO, A. **Ensayos en torno a la colonialidad del poder.** Buenos Aires: Del Signo, 2019.

SCHUCMAN, L. V.; GONÇALVES, M. M. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. spe, p. 109-123, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672020000300009 Acesso em: 27 Fev. 2025.

SOARES, M. R. N.; MIRANDA, L. L.; LAVOR FILHO, T. L.; NUNES, L. F.; COSTA, E. A. G. A. "A violência bate em mim primeiro": oficinas nas escolas públicas de Fortaleza. **Psicologia Argumento**, v. 41, n. 112, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/29777 Acesso em 4 Jun.2025.

SOUZA NETO, R. C. et al. Juventudes negras de escolas públicas de periferias de Fortaleza: narrativas e re-existência frente ao racismo. **Desidades,** n. 34, 2022. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/53010 Acesso em: 13 Mai. 2025.

TENÓRIO, Jeferson **O avesso da Pele**, São Paulo: Companhia das letras, 2020.

VEIGA, L. **Clínica do impossível:** linhas de cura e linhas de fuga. Rio de Janeiro: Telha Editora, 2021.

ISSN 2357-7975

NOTAS

[1]Importante salientar que a noção de singularidade empregada neste trabalho não se confunde com perspectivas individualizantes. Por singularidade, entende-se um processo imanentemente coletivo, em acordo com as perspectivas de singularização para Guattari e Rolnik (1986), para quem esta se dá a partir de atravessamentos de fluxos coletivos de diversas espécies. A singularidade, ou singularização, compete justamente os processos disruptivos no campo social da produção micropolítica do desejo que afirma outras formas de ser para além da axiomática capitalista (Guattari; Rolnik, 1986), não podendo ser confundida com a noção massificante e capitalista de indivíduo. Andrade (2023), por sua vez, fala em uma negritude como experiência singular, o que não significa retirar a coletividade e afirmar um solipsismo individualista da experiência negra. Pelo contrário, é justamente na afirmação da multiplicidade de atravessamentos que constituem cada experiência singular de negritude que se pode pensar em um enegrecimento da subjetividade como conexão com essas experiências coletivas que se atualizam de diferentes formas em cada subjetividade negra.

[2]Crioulização, conforme pensado por Glissant (2005), diz respeito às dinâmicas de relação entre elementos culturais heterogêneos que entram em contato, elencando rastros e vestígios dos diferentes povos em relação de intercomunicabilidade, o que gera um choque que produz resultados novos e imprevisíveis. Exemplos desse processo podem ser vistos a partir das trocas entre diferentes povos indígenas e africanos em diáspora.

[3]Em respeito à diversidade de pessoas interlocutoras da pesquisa, este trabalho se atenta às identidades de gênero e uso adequado de pronomes por parte das juventudes participantes, incluindo os pronomes neutros (elu/delu), os quais serão usados em consonância com a autopercepção e uso de cada pessoa interlocutora.

[4]Vale destacar o uso deste termo e realizar uma distinção entre este e a noção de epistemicídio, por etnogenocídio, Longhini (2023) retoma uma discussão dos intelectuais indígenas sobre a interligação entre processos genocidas e epistemicidas. Enquanto o epistemicídio, conforme aponta Carneiro (2023), implica em um não reconhecimento dos saberes e na destruição do repertório de conhecimentos e saberes do colonizado, essa noção vai ser expandida pelos intelectuais indígenas, que entendem a indissociabilidade entre território, práticas culturais e construção subjetiva. Isto é, trata-se de um processo que interconecta a destruição das florestas, rios e ambientes naturais, a tomada de terras indígenas pelos brancos, a imposição da episteme ocidental cristã, a destruição dos costumes locais e o extermínio físico das pessoas indígenas, entre outros processos. Por fins éticos de visibilização das particularidades desses processos em perspectivas originárias, decidi manter o uso do termo nesse contexto, entendendo as particularidades do mesmo para as comunidades indígenas (Longhini, 2023). Desse modo, emprego o uso de etnogenocído como um conceito, embora relacionado, distinto de noções como genocídio, bionecropolítica ou epistemicídio.

ISSN 2357-7975